

A Biblioteca da Casa do Pessoal da Fábrica Maceira-Liz: um lugar de instrução, controlo e doutrinação.¹

Ana Margarida Dias da Silva

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Coimbra, Portugal

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1247-8346>

anasilva@fl.uc.pt

Cláudia Sousa Pereira

Universidade de Évora, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDHEUS), Évora,
Portugal

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7298-3945>

csousapereira@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v17.n3.2024.53215>

Recebido/Recibido/Received: 2024-03-22

Aceito/Aceptado/Accepted: 2024-07-18

Publicado/Publicado/Published: 2024 11 10

Resumo

A Fábrica Maceira-Liz (Gândara, Leiria, Portugal), empresa de cimentos fundada em 1923, procurou atrair mão-de-obra com a elaboração de um programa de assistência social para a habitação, saúde, educação e ocupação dos tempos livres. Entre os diversos equipamentos culturais e recreativos no seu Bairro Social, a biblioteca era espaço de encontro, lazer, instrução, e, simultaneamente, doutrinação política e moral. O objetivo deste trabalho é analisar a coleção da biblioteca da Casa do Pessoal. É um estudo exploratório que faz revisão da literatura sobre a censura literária no Estado Novo (1933-1974), e analisa os inventários da biblioteca para identificar as obras permitidas e/ou proibidas, complementando com análise documental do respetivo arquivo. Para melhor ilustrar o objetivo, opta-se pela análise de um caso, em *close reading* do livro *Um Marido Ideal* de Max Du Veuzit (1934, tradução portuguesa 1941) no sentido de perceber o poder subversivo da ficção e o impacto na gestão de uma coleção. A censura aos livros realizada na biblioteca pelo pároco do Bairro Social, enquadra-se na dimensão político-ideológica e na necessidade de controlo e moralização do Povo, estratégia global do Estado Novo. Toda a coleção de livros de Max Du Veuzit de então está, hoje, ausente da coleção.

Palavras-chave: Bibliotecas de empresas. Arquivos privados. Censura. Estado Novo. Best-sellers. Leitura literária.

La Biblioteca de la Casa del Personal de la Fábrica de Maceira-Liz: un lugar de instrucción, control y adoctrinamiento

Resumen

¹ Este artigo resulta, com adaptações e desenvolvimentos, da comunicação “A Biblioteca da Casa do Pessoal da Fábrica Maceira-Liz: lazer e controlo do pessoal fabril” apresentada no 4º Em Leio (Évora, Portugal, 14-15 de setembro de 2023). Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00311/2020 com o identificador DOI 10.54499/UIDB/00311/2020 DOI <https://doi.org/10.54499/UIDB/00311/2020>. Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00057/2020 com o identificador DOI <https://doi.org/10.54499/UIDB/00057/2020>

La Fábrica Maceira-Liz (Gândara, Leiria, Portugal), empresa cementera fundada en 1923, buscaba atraer mano de obra elaborando un programa de asistencia social en materia de vivienda, salud, educación y ocio. Entre los diversos equipamientos culturales y recreativos de su Barrio Social, la biblioteca era un espacio de encuentro, ocio, instrucción y, al mismo tiempo, de adoctrinamiento político y moral. El objetivo de este trabajo es analizar los fondos de la biblioteca de la Casa do Pessoal. Se trata de un estudio exploratorio que revisa la literatura sobre la censura literaria en el Estado Novo (1933-1974), y analiza los inventarios de la biblioteca para identificar las obras permitidas y/o prohibidas, complementándolo con el análisis documental del archivo respectivo. Para ilustrar mejor el objetivo, se eligió una lectura atenta del libro *Um Marido Ideal* (1934, traducción portuguesa 1941) de Max Du Veuzit para comprender el poder subversivo de la ficción y su impacto en la gestión de una colección. La censura de libros llevada a cabo en la biblioteca por el párroco del Barrio Social se inscribe en la dimensión político-ideológica y en la necesidad de controlar y moralizar al pueblo, estrategia global del Estado Novo. Toda la colección de libros de la época de Max Du Veuzit está hoy ausente de la colección.

Palabras clave: Bibliotecas de empresas. Archivos privados. Censura. Nuevo Estado. Bestsellers. Lectura literaria.

The Library of the Maceira-Liz Factory Staff's House: a place of instruction, control, and indoctrination

Abstract

Maceira-Liz Factory (Gândara, Leiria, Portugal), a cement company founded in 1923, sought to attract labour by drawing up a social assistance programme for housing, health, education, and leisure activities. Among the various cultural and recreational facilities in its Social Neighbourhood, the library was a space for meetings, leisure, instruction and, at the same time, political and moral indoctrination. The aim of this paper is to analyse the collection of the Casa do Pessoal library. It is an exploratory study that reviews the literature on literary censorship in the Estado Novo (1933-1974) and analyses the library's inventories to identify permitted and/or prohibited works, complementing with documentary analysis of the archive. To better illustrate the objective, a close reading of Max Du Veuzit's book *Um Marido Ideal* (1934, Portuguese translation 1941) was chosen to understand the subversive power of fiction and its impact on the collection's management. The censorship of books carried out in the library by the parish priest of the Bairro Social is part of the political-ideological dimension and the need to control and moralise the people, a global strategy of the Estado Novo. Max Du Veuzit's entire collection of books from that time is now absent from the collection.

Keywords: Corporate libraries. Private archive. Censorship. New State. Bestsellers. Literary reading.

1 Introdução

Fundada a 3 de maio de 1923, a Fábrica Maceira-Liz veio revolucionar a indústria do cimento em Portugal. Localizada no lugar da Gândara (Maceira, Leiria, Portugal) cedo procurou atrair mão-de-obra, o que levou, progressivamente, à elaboração de um programa de assistência social na habitação, na saúde, na educação e na ocupação dos tempos livres, substituindo-se ao Estado Providência. Com a evolução demográfica crescente devido à presença da indústria do cimento na região, a urbanização do lugar da Gândara contou com a construção do Bairro Social para residência dos operários fabris (Pombo, 2007).

O centro sociocultural “Casa do Pessoal da Empresa de Cimentos de Leiria”, com estatutos aprovados a 24 de outubro de 1934, em tudo semelhantes aos estatutos das chamadas “Casas do Povo”, instituídas por decreto governamental de 1933, mais consentâneas com a novel doutrina do Estado Novo, e com edifício próprio inaugurado a 28 de outubro do mesmo ano, promovia atividades de cultura e lazer, e de convívio, nomeadamente com teatro e cinema, ensino musical, conferências e palestras, educação física e jogos, biblioteca e sala de leitura

(Pombo, 2007). Entre os diversos equipamentos culturais e recreativos oferecidos aos residentes no Bairro da Maceira-Liz, a biblioteca era espaço de encontro, de lazer, de instrução, e, simultaneamente, de doutrinação política e moral.

A coleção da Biblioteca da Casa do Pessoal da Maceira-Liz (BCPM-L) compõe-se de 2.120 existências², de onde se destacam, por exemplo, a primeira edição da *Mensagem* de Fernando Pessoa, *A Vida do Veneravel Padre Joseph de Anchieta da Companhia de Jesu* de 1672, ou os cinco volumes dos *Anais da Revolução Nacional*, obra de referência para a história e implantação do Estado Novo. Inclui um importante núcleo de livro antigo de cerca de 60 volumes, compreendido entre os anos de 1598 e 1800; uma coleção de volumes de leis, decretos, alvarás e similares, do século XVI ao século XIX; para além de um grande número de publicações de referência sobre a primeira metade do século XX, inúmeras obras de referência que abrangem uma temática diversa, desde a história de Portugal, África e América Latina, Corporativismo, Literatura, jornais e revistas.

Alertadas por Luís Pereira (responsável da Illumini, Lda. e pelo Arquivo Histórico Fábrica da Maceira-Liz (AHML) e BCPM-L) para a existência de um livro de inventário da BCPM-L onde pontuavam “F” em centenas de obras desaparecidas, por motivos que não se conseguem explicar (roubo, extraviado, censura?), as autoras projetaram o presente trabalho.

Para perceber as estratégias de censura e doutrinação dos utilizadores da BCPM-L, e o poder subversivo da ficção, escolheu-se uma obra de Max du Veuzit, pseudónimo de Zéphirine Vavasseur Alphonsine, nascida em Petit-Quevilly no dia 29 de outubro de 1876 e falecida em Bois-Colombes em 15 de abril 1952, escritora da língua francesa e autora de numerosos romances com grande sucesso. Os livros desta autora estão dados como “em falta” (F) no inventário manuscrito existente na BCCPM-L.³ Pretexto suficiente para olhar com mais atenção para um dos seus livros: a obra “Um Marido Ideal” (edição portuguesa 1941).

Para cumprir o objetivo proposto, subdividimos o artigo em três pontos principais: revisão da literatura sobre a censura literária durante o Estado Novo (1933-1974), explicitação da metodologia utilizada, principais resultados obtidos e conclusões.

2 Revisão de literatura

²Catálogo *on-line*: https://biblioteca.cdi-maceiraliz.pt/search?tagfield=&tagsubfield=*&arquivo=3&expressao=

³Quem pesquisar hoje no catálogo *on-line* encontra a obra “O homem da sua vida” com edição de 1987 (<https://biblioteca.cdi-maceiraliz.pt/detail/1735>) revelador de um Portugal democrático, sem censura prévia, ou posterior, aos livros que podem ser escritos, editados, adquiridos e/ou lidos.

A censura de textos, imagens e espetáculos está presente desde tempos imemoriais, com motivações e atores diversos e diferentes entre si, consoante as inclinações político-ideológicas e as necessidades de controlo e moralização do Povo.

No tempo longo:

“Procurar a filiação da censura permite perceber a sua persistência na história portuguesa, primeiro, através da Inquisição, que associou censura religiosa e régia (de 1536 a 1821). A censura religiosa em Portugal acompanhou orientações exteriores, como o *Index Librorum Prohibitorum*, lista de publicações proibidas elaborada pela Igreja Católica em 1559 e vigente até 1966. Na época moderna, as questões políticas foram o cerne da censura oficial apenas num curto período de tempo, 1768-87, quando o governante Marquês de Pombal aboliu a Inquisição e impôs o monopólio da censura régia, através da novel instituição Real Mesa Censória. A censura (pontifícia e real) foi abolida pelos liberais em 1821-1822, mas regressou na forma de censura prévia após a Vilafrancada, em 1823 e, com mais intensidade, no consulado do rei D. Miguel I (1828-34).” (Tengarrinha, 1993, p. 73).

Com o golpe de Estado de 1926, e terminada a aventura da I República em Portugal, é implantada a Ditadura Militar, que, num primeiro momento, a 5 de julho, eliminava a censura prévia com o Decreto 11.839, para logo a seguir a reintegrar pelo Decreto 12.008, de 29 de julho de 1926, que legisla a imprensa até 1927, e no seu capítulo 1º explana “Do Exercício do direito de liberdade de imprensa”. Com o alvor do Estado Novo, a censura prévia continuou a existir e foi, de facto, estabelecida pelo Decreto 22.469, de 11 de abril de 1933, subjugando à censura todos os escritos de carácter social e/ou político (Girola, 2008, p. 561).

Com a institucionalização no Estado Novo, em 1933, a censura aos livros ganhou uma estratégia global (Melo, 2016, p. 483). A função social da censura, plasmada no artigo 3º da Constituição de 1933, “seria impedir a perversão da opinião pública, protegendo-a de todos os fatores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, bem como evitar que os princípios fundamentais de organização da sociedade sejam atacados.” (Girola, 2008, p. 562).

Leia-se parte do ultimato escrito em 23 de novembro 1933 pelo diretor da Direção-Geral dos Serviços de Censura à Imprensa (DGSCI), Álvaro Salvação Barreto que justificava a: “censura às publicações consideradas inconvenientes à segurança geral, administração do Estado e valorização moral da Nação, [...] precavendo-a [à Nação] contra propósitos de desnacionalização moral e política que a todo o português cumpre combater,” e considerando como alvo todas as publicações nacionais ou estrangeiras que difundissem:

doutrinas internacionalistas [atentatórias dos princípios nacionalistas] [...]; assuntos pornográficos; [...]; perversão dos costumes pela propagação de doutrinas não integradas nos princípios de uma moral sã ou propagação de ideias de carácter sexual, pseudo-científicas ou não, contra a honra e o pudor

da mulher, a moral da família, ou que por qualquer meio tendam à subversão”⁴.

Durante a ditadura salazarista, a censura orientava-se pela duplicidade da “censura prévia”, aplicada à pré-publicação (i. e., “o controlo do material antes de ser publicado”), o que implicava a fiscalização prévia de material impresso (jornais, revistas, folhas volantes, manifestos, folhetos, cartazes e livros) e de espetáculos (teatro, revista e cinema); e pela “censura repressiva” ou pós-publicação (i. e., o corte da “disseminação e recepção do material após ter sido publicado”) (Melo, 2016, p. 476-477). Acontecia, por exemplo, com a proibição de livros (às vezes prévia à sua publicação) e a sua consequente apreensão pela polícia, ou com o impedimento de circulação no país de periódicos estrangeiros. Tudo isto num Portugal “ainda predominantemente rural e semianalfabeto, com um universo de leitores e consumidores culturais incipiente.” (Barreto, 1999, p. 283).

Cabia ao Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), criado em 1933, assegurar os procedimentos de repressão contra as leituras imorais e toda a propaganda política e social contrária ao Estado Novo. Subsequentemente, junto dos serviços de censura, foram sendo fundados departamentos especializados nas censuras prévia e repressiva de publicações não periódicas, nomeadamente, a Secção de Livros da Comissão de Censura de Lisboa (Gomes, 2006, p. 181). Desta forma, desde 1934, a polícia política deixava de ter o comando direto sobre a direção estratégica da censura dos livros (Gomes, 2006, p. 83; Melo, 2016, p. 483-484).

Em 1933, a pedido de António de Oliveira Salazar, a Direcção-Geral dos Serviços de Censura à Imprensa elaborou um relatório expressivamente intitulado «Leituras Imorais – Propaganda Política e Social contrária ao Estado Novo – sua repressão», onde se propunha a entrega de listas das publicações de «carácter político ou social e das que afectem a moral pública.» recebidas pelos livreiros. Desta forma, as livrarias constituíam uma segunda barreira censória, caso algo escapasse nas tipografias. daquelas listas, a Comissão de Censura seleccionava as obras visadas, a partir das quais era elaborada a lista das obras proibidas pela Direcção-Geral de Censura, “que funcionaria como critério para a fiscalização dos locais de venda, que eram explicitados como as livrarias, as tipografias, as tabacarias, os quiosques, os simples postos de venda e ainda a venda ambulante.” (Gama, 2007, p. 5).

O referido relatório fixava os princípios a que deveria obedecer a censura de livros e demais publicações:

⁴ Cf. circular de 21/II/1934 da DGCI, enviada aos proprietários e gerentes de livrarias, depósitos e postos de venda livros (Azevedo, 1997, p. 54).

1º. – Critério rígido na censura a publicações de propaganda de doutrinas revolucionárias contra o Estado e os princípios morais que regulam as sociedades.

2º. – Liberdade condicionada pelas indicações ambientes [sic] para as publicações de directriz política ou social, ainda que adversa, mas isenta de preconceito revolucionário.

3º. – Repressão pura e simples de leitura imoral, ainda que sob o aspecto de vulgarização pseudo-científica de carácter sexual.” (Gama, 2007, p. 5-6).

Na década de 1940, “o corpus normativo e jurídico foi aperfeiçoado por nova legislação” (Azevedo, 1997, p. 52-56), que envolveu diversas instituições do Estado, dos tribunais às polícias, veio reforçar as penalizações e constrangimentos sobre todos os agentes da edição, distribuição e venda de livros (Melo, 2016, p. 484).

Editores, escritores, tipógrafos e livreiros, de forma discricionária, ficavam sujeitos a proibições, desaconselhamentos, repressão e censura pela máquina do Estado Novo, que apostou na censura como uma das pedras angulares da afirmação governativa no panorama da circulação das ideias (Medeiros, 2010, p. 150).

O Decreto-Lei nº 33:015 de 1943 visava as empresas editoriais, “intimidando-as com a eventual presença de um censor nas suas instalações, a seu soldo, se não procedessem a uma censura própria.” No referido Decreto lê-se:

“Sempre que se publique, edite, reedite, venda ou distribua qualquer escrito lesivo dos princípios fundamentais da organização da sociedade ou prejudicial à defesa dos fins superiores do Estado poderá o Ministro do Interior [...] ordenar que junto das empresas responsáveis, e à custa destas, funcionem delegados do Governo.” (Decreto-Lei nº 33:015, 1943).

Em 1944, a Direção-Geral dos Serviços de Censura integrou o Secretariado Nacional de Informação (SNI)⁵, sob a dependência do Presidente do Conselho, tornando-se, legalmente, um órgão de formação e de propaganda política. Antes de iniciar a circulação de qualquer obra, as tipografias ficavam obrigadas a enviar um exemplar de cada livro impresso. O SNI tinha poder para encerrar “as tipografias que publicassem material que perturbasse a segurança pública”, pois, “como os livros não estavam sujeitos à censura prévia, qualquer edição podia ser apreendida depois de publicada” (Girola, 2008, p. 562).

Daniel Melo contrapõe contra o “lugar-comum” da “censura prévia” ao afirmar que “a censura aos livros não se restringiu ao pós-publicação, ainda que essa modalidade fosse proporcionalmente bastante mais intensa” e aponta o Decreto-lei nº 34:134, de 24 de novembro de 1944, como instrumento regulamentar através do qual “o regime impunha censura preliminar a obras que versassem assuntos políticos, económicos ou sociais, obrigando à

⁵ Em 1945 o SPN foi rebatizado Secretariado Nacional de Informação (SNI), e, em 1968, passou a nomear-se Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT).

entrega de um exemplar antes da sua entrada em circulação, donde, eram obras inéditas (art. 11.º).” (Melo, 2016, p. 485).

A partir de 1950, a Secção de Livros passou a ser “ajudada” pela Comissão para a Literatura Infantil e Juvenil (CLIJ), em 1952 renomeada Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores (CLEM), com a missão de vigiar e orientar as “actividades” influenciadoras da “formação moral e cívica da juventude”, incluindo “prévio parecer favorável” para as publicações nacionais e estrangeiras “declaradamente destinadas” ao público infante-juvenil, em especial os livros e as revistas especializadas ((Decreto-Lei nº 38:964), cit. arts. 18.º e 19.º). A CLEM integrava um representante da Igreja Católica (art. 17.º), demonstrando a sinergia de esforços neste âmbito. (Melo, 2016, p. 484).

“a Igreja católica, abrigada no escudo da censura à imprensa durante todo o consulado salazarista contra qualquer ataque ou crítica, teve ainda uma influência muito perceptível na censura dos livros e espectáculos, ainda que não conseguindo nesses campos tudo quanto pretendia. Basta talvez referir que os autores portugueses com maior número de obras proibidas e mandadas apreender sob o regime autoritário se notabilizaram, justamente, por uma crítica sociológica e filosófica da religião e da Igreja católica (Tomás da Fonseca, com pelo menos 15 títulos proibidos) ou por uma literatura anticlerical e brejeira de larga audiência popular (José Cardoso Jorge, com 34 títulos proibidos e José Vilhena, com 29, segundo a única lista já publicada, muito incompleta, de livros apreendidos ou “retirados do mercado” entre 1926 e 1974).” (Barreto, 1999, p. 282).

Desde o fim da I República e ao longo do Estado Novo, a censura literária foi exercida através de uma estrutura institucional constantemente aperfeiçoada (em recursos jurídicos e logísticos): a Direcção-Geral dos Serviços de Censura à Imprensa (DGSCI, 1928-33) / Direcção Geral dos Serviços de Censura (DGSC, 1933-35) / Direcção dos Serviços de Censura (DSC, 1935-72) / Direcção-Geral da Informação (DGI, 1972-74) (Melo, 2016, p. 480).

Em despacho de fevereiro de 1972 lê-se:

“Tendo-se verificado o aumento substancial de publicações que atentam contra a sociedade e a ordem e ofendem os bons costumes, deverá a Direcção-Geral de Segurança dedicar um cuidado particular ao imediato cumprimento das seguintes instruções:

- 1 - Relacionar as tipografias que se dedicam à impressão de livros suspeitos - pornográficos ou subversivos;
- 2 - Organizar um plano de visitas regulares a essas tipografias para impedir, efectivamente, a impressão de textos susceptíveis de proibição;
- 3 - Organizar brigadas especializadas para este serviço [...]
- 4 - Organizar o serviço de vigilância de entrada no País de publicações pornográficas e suspeitas [...];
- 5 - Organizar a visita regular às livrarias de todo o País para sequestro de livros, revistas e cartazes suspeitos [...]
- 6 - Organizar brigadas especializadas para estas visitas que revestem particular delicadeza e necessitam de muita sensibilidade, ponderação e segurança nas decisões tomadas;

- 7 - Notificar as tipografias e livrarias onde sejam habitualmente apreendidas publicações proibidas [...];
- 8 - Organizar processos individuais relativos a todas as apreensões [...];
- 9 - Informar os Grêmios das Artes Gráficas e dos Editores e Livreiros da acção de repressão que vai ser desencadeada contra os responsáveis pela impressão, distribuição ou venda de publicações pornográficas e subversivas [...]"

3 Metodologia

Toda a investigação científica procura a relação entre problemas e teorias, e a metodologia é o “plano de ação, processo e desenho da escolha e uso dos métodos” que cumpre uma “função crítica e reguladora” (Coutinho, 2015, p. 24) de todo o processo. Para operacionalizar o trabalho em apreço, optou-se por uma abordagem qualitativa de um estudo de carácter exploratório, utilizou-se a pesquisa bibliográfica para a revisão da literatura que se complementa com a análise das fontes da BCPM-L e do AHML (atas, correspondência recebida, inventários da biblioteca e fichas de leitura) para melhor configurar o aporte teórico e a problemática onde se enquadra, por um lado, e para melhor compreender a realidade empírica do objeto de estudo, por outro. O *close reading* é usado para compreender a censura literária aplicada a um livro de ficção.

A execução da análise documental foi realizada a partir do arquivo da Casa do Pessoal Maceira-Liz, porque “O material recolhido e analisado é utilizado para validar evidências de outras fontes e/ou acrescentar informações” (Coutinho, 2015, p. 342), nomeadamente aquela localizada na pesquisa bibliográfica, e essa recolha de informação é, depois, transformada em dados interessantes e inéditos. “Todo e qualquer plano de investigação, seja ela de cariz quantitativo, qualitativo ou multimetodológico implica uma recolha de dados originais por parte do investigador” (Coutinho, 2015, p. 99), por isso, o facto da documentação estar (quase) intocada proporciona a esta investigação um conjunto de dados inéditos, cujo tratamento e análise permite uma nova compreensão sobre a BCPM-L.

A revisão da literatura cumpre vários objetivos, nomeadamente a identificação de resultados de outros estudos intimamente relacionados com a investigação científica que está a ser realizada, o que permite localizar e analisar os documentos relacionados com o tema, estabelecer um diálogo amplo entre a literatura, situar a investigação num contexto e o conhecimento já existentes, e identificar as lacunas de estudos anteriores relacionados com o problema da investigação em curso. A revisão da literatura permite estabelecer a importância do estudo em causa dentro de um determinado enquadramento científico e servir de referência comparativa com outros resultados (Coutinho, 2015, p. 59; Creswell, 2014, p. 60).

A visita ao Bairro Social da Fábrica Maceira-Liz, em particular à Casa de Pessoal e à sala onde estavam as estantes, a 3 de julho de 2023, foi feita pela mão de quem estuda arquivos e bibliotecas. Para quem estuda Literatura, especialmente a relação das obras com os seus leitores, ou seja, a Leitura Literária, a curiosidade recaiu sobre obras que, ou estão nas estantes, ou, mais interessante, que possam constar de fichas bibliográficas ou outros documentos em que se pode reconhecer a história das aquisições e requisições, indícios de uma leitura efetiva. E, no caso em apreço, que teriam, misteriosamente, desaparecido das prateleiras a que o Pessoal da Maceira-Liz teria acesso quase livre. Em particular, obras que tivessem sido *best-sellers*⁶ na época em que foram lançadas, traduzidas, e ficaram também acessíveis ao público em geral, nas livrarias.

Foi assim que, com a decisão de que se faria um *zoom in* até ao elemento mínimo “livro” naquela sala, se chegou ao caso de que fazemos, em complemento ao estudo arquivístico, uma abordagem, forçosamente breve, a partir dos Estudos Literários focados na receção do texto pelos leitores, mais do que pelas instituições que validam as obras como literárias (prémios, Academia, cânone escolar, maioritariamente).

Por *close reading* entende-se uma

“leitura analítica minuciosa do texto literário que é assumido como um tecido de linguagem autónomo em relação a quaisquer factores extrínsecos, e cujo processo artístico de construção pode ser revelado pela análise técnica. O crítico que assim procede aproxima-se do texto com objectividade e precisão, como um anatomista que estuda as células ao microscópio, embora sem esquecer o aspecto humano da obra. A ênfase está no objecto analisado, a obra, e não no sujeito que a analisa ou no estudo das suas fontes.” (Ceia, 2009, p. n. n.).

4 Resultados

Desde a introdução da censura a 24 de junho de 1926, até à sua extinção, a 25 de Abril 1974, “com o tempo expandir-se-ia e reforçar-se-ia muito, acabando por revelar-se pedra essencial e imutável do regime.” (Barreto, 1999). A Comissão do Livro Negro do Fascismo, em 1984, “divulgou que foram proibidas durante o regime Salazar/Caetano cerca de 3.300 obras.” (Girola, 2008, p. 563).

A fundação da Casa do Pessoal e da respetiva biblioteca no ano seguinte à institucionalização do Estado Novo obrigava à obediência dos cânones ditados pelo regime político ditatorial. São escassas as informações sobre a biblioteca no arquivo da Casa do Pessoal:

⁶“Termo inglês (literalmente: “o mais vendável”) para o livro que atingiu um elevado número de vendas, superando todos os outros do seu género e durante um determinado período de tempo. Actualmente, elaboram-se listas ou top de vendas, que registam os livros mais vendidos ou best-sellers num país.” (Ceia, 2009, p. n. n.).

três registos de atas possibilitam nomear os responsáveis pela BCPM-L, alguma correspondência com aconselhamento de obras “obrigatórias”, revelador das instruções governamentais que chegavam à BCPM-L numa atitude pedagógica e doutrinária, e um conjunto de fichas manuscritas com apreciações sobre os livros da biblioteca, possivelmente do punho do sr. Prior.

De facto, os censores, “Vivendo no terreno enquanto suporte social da vigilância repressiva” (Medeiros, 2010, p. 151), eram parte da comunidade fabril: a censura fazia-se por parte do “bibliotecário”, que aplicava as instruções censórias oficiais.

Sabemos que o capelão diretor da Escola Primária, professor Manuel dos Santos, fez parte da direção da BCPM-L, pois em ata de 1940 pediu para ser substituído na direção da biblioteca, por não dispor do tempo necessário para bem desempenhar o seu cargo. Na sequência do pedido, a direção da BCPM-L resolveu convidar António Maria Ferreira de Castro para o desempenho do cargo, a iniciar no dia 1 de dezembro, data em que o mesmo senhor começara a pertencer ao quadro permanente da Fábrica Maceira-Liz, e conseqüentemente, ao quadro dos sócios efetivos da Casa do Pessoal (AHML, Atas, 1940, f. 88).

Francisco de Almeida Oliveira, sócio da Casa do Pessoal, ocupou o lugar de bibliotecário, graciosamente, desde 15 de dezembro de 1944 até 31 de janeiro de 1946. “desempenhando esse cargo com a maior proficiência e dedicação, ordenando e catalogando os livros existentes em ficheiros apropriados”. E, na verdade, na sala da biblioteca encontram-se três ficheiros organizados: “Ficheiro Didascálico”, “Ficheiro Alfabético” e “Ficheiro Sistemático”. Pediu para ser substituído por razões de serviço e o professor Francisco de Almeida Oliveira ofereceu-se para tomar conta da direção da BCPM-L, cargo para o qual foi logo nomeado (AHML, Atas, 1946, f. 176-177).

Os livros, esses objetos apetecíveis por diferentes tipos de leitores, eram requisitados e tão apreciados que alguns “consócios mal intencionados e que não alcançam o valor das coisas” arrancavam gravuras!, “facto este que infelizmente se verificou”, conforme registado em ata de 1942, assim como a necessidade “providenciar no sentido de evitar que” se “deteriore livros da nossa Biblioteca” (AHML, Atas, 1942, f. 124).

As instruções do governo assumiam, com evidência, uma atitude pedagógica e doutrinária, que se refletia de igual forma no microcosmo da BCPM-L. Em circular de junho 1949, enviada à Casa de Pessoal da Empresa Maceira-Liz na sequência do Despacho ministerial de 12 de maio de 1949 (Decreto n.º 120, 2ª série), recomenda-se a “colocação de uma quantidade apreciável de exemplares” das obras *Eu Fui Comunista...* e *Profecias e Confissões de um ex-Chefe Comunista*, da autoria de Carlos de Oliveira, junto dos Organismos Corporativos. As entidades oficiais, lê-se na carta, consideram estas obras como “do melhor que se tem publicado para a

campanha anti-comunista” e que é “necessária uma eficiente pregação aos infiéis com vista a uma forte acção anticomunista” (AHML, Correspondência recebida, 1949).

Em Ata de 17 de abril de 1951 foi decidido o seguinte:

- 1º - Criar o “dia do livro” tendo por fim angariar livros para a Biblioteca e realizar nesse dia uma festa na Casa do Pessoal
- 2º - Combinar com o Reverendo Assistente religioso a escolha dos livros bons e maus e dividir a biblioteca em três partes a saber: Livros do índice, Livros autorizados a sair e Livros que não podem sair
- 3º - Fechar os livros, aplicando às estantes portas de rede
- 4º - Regulamentar a saída dos livros
- 5º - Que os livros propriamente pornográficos sejam destruídos
- 6º - Que sejam avisados os sócios que tenham os livros em atraso em casa para os entregar
- 7º - Que sejam selecionados os jornais, terminando com a assinatura daqueles que menos interessam, e passar a assinar um jornal do Porto
- 8º - Meter os jornais numas talas, evitando-se o seu desaparecimento” (AHML, Atas, 1951, f. 34).

A obra *Livros Proibidos no Estado Novo* (2005, p. 22-24) agrupava tematicamente as obras proibidas: contestação política; presos políticos; colónias e guerra civil; reforma agrária; História contrária à visão oficial do regime; religião; ideologia socialista; pobreza; condições de vida dos camponeses e dos operários; desigualdades sociais; moral e costumes (mulher na sociedade, erotismo, sexualidade). A partir desta lista, o Sr. Prior escolhia “os livros bons e maus”, dicotomia maniqueísta que o autorizava a cumprir o ponto 2 do regulamento. Quanto aos “livros propriamente pornográficos” a destruir, o capelão, residente no bairro, exercia o controlo social e moral com a escolha dos “livros bons e maus” que entravam na biblioteca (AHML, Atas, 1951, f. 34). E sabemos que queimou vários exemplares na Maceira-Liz.

Na senda de avaliar os “livros bons”, os “maus” e os “propriamente pornográficos”, um conjunto de centenas de fichas catalográficas manuscritas são exemplo do julgamento moral que era feito de cada obra. Por exemplo, “Velo d’Oiro”, de Henrique Galvão, é classificado como um “Belo romance colonial. Bem escrito e respeitador da Igreja. Patriótico e construtivo. Não tem escandalosidades”. “Verónica” de Augusto da Costa é recomendável a “Todos”. Retrata “A vida duma rapariga modelo decorrida no meio corrompido da nossa República ateia. Não há escabrosidades descritas”. As obras de Raúl Brandão “Húmus” e “O Pobre de Pedir” são “Para adultos ambos. O primeiro é blasfemo e ultrapessimista, o segundo um pouco pessimista mas recomendável a adultos. A dor vence e dá luz”.

Entre os “Livros autorizados a sair” “as obras literárias mais procuradas percorriam géneros relativamente variados, com particular incidência no romantismo (Camilo Castelo Branco, Júlio Dinis), no romance histórico (Alexandre Herculano, Almeida Garrett) e no realismo

(Eça de Queirós, Ferreira de Castro), destacando-se sempre os escritores nacionais.” (Pombo, 2007, p. 93).

Quanto aos “Livros que não podem sair” revela o excesso de zelo da censura salazarista, definido por “regime de cura” das mentalidades (Barreto, 1999, p. 284).

Para consulta havia jornais e revistas, portugueses e estrangeiros, como *O Século*, *O Diário da Manhã*, *O Mensageiro*, *Miroir des Sports*, *L’Illustration*, *Renascença*, *O Mundo Português* e o *A.C.P.*, entre outros (Pombo, 2007, p. 93).

Ainda sobre a BCPM-L ficou decidido que os livros do índice de forma alguma fossem lidos por menores. E aos maiores que o quisessem ler, ficou assente “em princípio” que sim, “mas com a condição de lhes chamar a atenção de que livros se trata”. Significa que a proibição de leitura não era rígida, no entanto, consideradas inconvenientes e perturbadoras da ordem pública, os leitores das obras do *Index* eram avisados do perigo que corriam na sua leitura.

A 3 de maio de 1957 foi inaugurada a nova biblioteca, não se tendo localizado nenhuma informação mais sobre a atividade de censura literária.

A censura interferiu na formação das mentes portuguesas, por duas vias fundamentais: as traduções (não feitas ou limitadas) e a proibição da circulação de muitas obras.

Se tivéssemos de dar um subtítulo a esta parte do artigo, citaríamos Voltaire (*Micromegas*, 2023, p. 12) e chamar-lhe-íamos “o inebriante aroma da heresia”. Começamos por dar voz ao texto literário, seja qual for a posição hierárquica que o adjetivo lhe confere e o faça ocupar um lugar mais específico, mais conhecido em geral como literatura de massas, no sempre dinâmico e flutuante sistema do que chamamos Literatura. E partamos para um forçosamente breve exercício de *close reading*, que colhe no texto os argumentos para a crítica do leitor e que não descarta a questão de gosto.

O texto original da obra que escolhemos encontra-se disponível em acesso aberto na *Bibliothèque Électronique du Québec*, e que aqui transcrevemos em tradução nossa:

Toc! Toc!
Sem levantar os olhos do tricô, Maria Jousserand, dama de companhia e governanta naquela grande casa, gritou um bem audível “Entre!” em voz clara de comando.
Entrou uma criadita de quarto.
- Sou eu, minha senhora - disse, timidamente.
- Ah! És tu, Céline. E então, estás contente com o teu trabalho? Não é muito cansativo, pagam-te bem e, se fores séria e dedicada, não tens de te preocupar com os destinos da tua família.
- Sim, sim, já estou a fazer projetos: dizem que mademoiselle Frémonté é muito boa...
- É um amor para quem a souber compreender.
- Por isso mesmo me atrevi a vir ter com a senhora. Foi muito generosa comigo e com os meus pais e, graças a essa generosidade, entrei nesta casa. Queria que a senhora não tivesse nunca de lamentar o que fez por mim.
A dama de companhia olhou para a rapariga. (...)

- Dize-me lá o que te incomoda.
- Olhe - disse Céline, muito séria - é que a Mademoiselle Frémonde dá as ordens muito depressa. Já percebi que é preciso compreendê-la só por meias palavras.
- É necessário, até, que adivinhes o que ela deseja, antes que o diga. O principal é nunca responder às suas observações.
- Nunca responder?
- Nunca!
- Mesmo que a Mademoiselle me ralhe sem eu merecer? Às vezes...
- Sobretudo quando ela não tiver razão.
- Que coisa! - exclamou a criada, surpreendida.
- Isso é indispensável e sem exceções. Quando a menina não tem razão, ela percebe-o bem, porque é muito inteligente! Mas é justamente nessas ocasiões que é preciso concordar com ela, ceder-lhe ou calar-se.
- Que estranha mentalidade! Não vai ser muito feliz na vida, a minha patroa, se não consegue suportar contrariedades.

Assim começa o romance que procurámos, depois de saber tratar-se de um de muitos da mesma autora que, constando de uma lista que os registava, foram assinalados agora como inexistentes na coleção da biblioteca. Tendo sido romance publicado em França em 1934, foi com a editora Romano Torres que chegou às estantes portuguesas em 1941 (Medeiros, 2018). Ora, se com a chegada em 1951 do novo responsável da BCPM-L, o Sr. Prior da Freguesia da Maceira, novas regras implicaram a criação do índice cujos contornos já conhecemos, dois destinos poderia ter tido este punhado de “romances cor-de-rosa”⁷ (uma sub-espécie da tal literatura de massas) (Equipo GLIFO v.3.1., 2022): ou um leitor ou uma leitora teriam “feito por eles” e “privatizado” os livros para uma coleção particular; ou o Sr. Prior ter-se-ia encarregado de os fazer desaparecer.

O romance, logo a abrir, não parece contrariar as normas sociais vigentes no que respeita a sociedades patriarcais nas classes altas da Europa. Parece até tratar-se, a partir do que ouvimos para começar, de uma lição do bem servir. Tal como nada há a estranhar no perfil traçado de uma jovem patroa, rica e mimada. Partindo do lugar dos Estudos Literários, o que se ponderou na escolha da obra foi que os contornos do “inebriante aroma da heresia” pudessem sentir-se na corajosa leitora, ou leitor, que se deliciaria com vários romances de uma autora que teve com *John, Chauffeur Russo* (1931) o seu mais famoso *best-seller*. Max Du Veuzit é o pseudónimo masculino, ou pelo menos suficientemente ambíguo, de Zéphirine Vavasseur Alphonsine, que viveu entre 1876 e 1952, uma escritora francesa admitida em 1902 na *Société*

⁷“A literatura cor-de-rosa apresenta uma estrutura baseada nos contos de fada: a mocinha se apaixona por um homem lindo e rico; mas, antes de se casar com ele e ser feliz para sempre, enfrenta muitos obstáculos. Praticamente, a origem desse tipo de literatura está vinculada ao surgimento do folhetim (*roman-feuilleton*) (...).” (Sousa, 2014, p. 17).

des Gens de Lettres e que foi chefe de redação do *Journal de Montivilliers* e crítica literária em vários outros jornais da Normandia.

A introdução deste caso partiu da vontade das autoras deste artigo em fazer outro movimento de *zoom in* para além do exercício da análise textual, numa obra, apenas uma, e seleccionar excertos em que nos imaginássemos no lugar do leitor, ou leitora, do início dos anos 50, frequentador/a da BCPM-L, e que se deparou, quase inadvertidamente, com esta obra sem saber que poderia cometer heresia. Justifica-se também a escolha deste caso por sabermos que o público com hábitos de leitura, em geral, associe a literatura expressamente dedicada a jovens (ou a mulheres) com a classificação genérica, e pouco precisa em termos do que se estuda em Literatura, de *best-sellers*.

Para estudarmos este subsistema literário (o da Literatura Juvenil, em particular) temos, de facto, de nos cruzar mais vezes do que gostaríamos com *best-sellers* que estão longe de merecer muito do nosso tempo enquanto críticos de Literatura. Como escreveu o saudoso Pedro Cerrillo (2015, p. 215), evocando a académica Gemma Lluch (2003, p. 47-85), com quem continuamos a aprender, a literatura juvenil reconhecida pelo público geral é apenas a que se encaixa ao lado da estante dos *best-sellers* nas livrarias. Repetitiva e previsível, com uma organização linear do discurso, fazendo um uso de linguagem simplista, por vezes até imprecisa e ilógica, em alguns casos para prometer uma continuação ou uma saga. A estas características também se pode acrescentar o facto de a construção das personagens se pautar pela identificação com o ou a leitor/a prevista, daí ser uma “literatura para”.

O romance *Un mari de premier choix*, publicado em 1934 pela Tallandier, que fora criada em 1901, é traduzido em Portugal para *Um Marido Ideal*. Conta a “aventura social”, arriscada como todas as aventuras, de uma endinheirada órfã que, para desfastio e alimentando a sua ideia de liberdade, resolve comprar um marido.

O enredo corresponde ao que Cerrillo e Luch dizem sobre personagens e ambientes muito estereotipados dos *best-sellers*. Ainda assim, os diálogos, e são muitos, em que Mademoiselle Claude Frémonde eleva a inteligência a igual nível dos seus requintados caprichos, são um desafio à lógica do que nos contratos sociais do matrimónio estava, e em alguns meios permanece, minutado. E vamos seguir o fio do estereótipo: imagino que uma mulher que frequentasse, na transição de décadas 1940-50 a BCPM-L se sentiria no mínimo boquiaberta com tal heresia; e que um homem não ficasse “em pulgas” para chegar ao fim do romance e ver a lição que aquela menina iria aprender.

Tratando-se de um “romance cor-de-rosa” está bom de ver que o enredo, quando o sentimental se aproxima e ultrapassa a lógica possível pela disponibilidade de capital da personagem principal, se enleia: amor e poder são uma dupla imbatível. Os diálogos e

monólogos interiores refletem-se nas ações de que o narrador, onisciente mesmo que extradiegético, nos vai dando em detalhes de contornos fílmicos e, facilmente, vamos antecipando um certo final, na certeza, porém de que um inesperado *plot twist* na altura certa não ensombrará a cor da novela. A obra tem inclusivamente a particularidade de mencionar influências literárias, não sem alguma angústia, colocando culpas nos livros e na leitura - um romance espanhol de onde Mademoiselle Claude teria tirado a ousada ideia de comprar um marido -, numa meta-referência curiosa, que se dá ares de erudição, mas com um certo travo a prática de *product placement* na atual cultura pop.

Vamos ao excerto, de entre os muitos que o texto nos chama a imaginar esta aventura de protagonista e leitor(a), aqui já com o romance a caminhar para o desenlace (capítulo XXXI). Excerto escolhido para traçarmos, quiçá, um perfil desse leitor, ou leitora, antes do desaparecimento do livro da estante. Livrinho com que se deliciaria ao ponto do Sr. Prior o considerar perigoso.

O dia tão esperado quanto temido por Claude chegou, finalmente. Tinha de apresentar-se no Palácio da Justiça às treze horas. Nunca a jovem ali tinha posto os pés, a não ser numa ocasião para visitar a Sainte-Chapelle, quando era miúda. Conservava apenas uma vaga ideia de ogivas e vitrais com muitas cores, de um edifício com pedras escuras, muito rendilhadas, qualquer coisa de solene, de muito antigo e de imponente. Ora, o oficial de justiça a quem acabava de mostrar a convocatória levava-a por um longo corredor pintado de verde e castanho, em direção a uma escada de largos degraus de madeira. Em cima, depois de ter subido três andares, encontrou-se numa longa galeria, iluminada por janelas vulgares e que não tinha nada um aspeto medieval, nem solene. Aquela galeria era uma espécie de terreno neutro entre as salas de espera dos homens e das senhoras. Ao meio estava o gabinete do juiz, de que apenas se via a pequena porta. Funcionários circulavam, impedindo cortesmente, só com a sua presença, qualquer comunicação entre as salas de espera, ou, para melhor dizer, entre os adversários que estavam nas duas. (...) Um advogado veio sentar-se entre Claude e uma senhora vestida de escuro, dando-lhe longas explicações. Ouvia-o de vez em quando falar em filhos. Devia haver ali um drama a sério e a mulher tinha uma expressão dolorosa e envelhecida. Claude olhou-a com uma espécie de respeito e medo. Quanto aquela criatura devia ter sofrido, e quanto tempo! Já não era nova. Que resiliência ou que triste grande amor a teria feito suportar uma vida que acabara por se lhe tornar intolerável? Ao lado daquele caso trágico, o de Claude parecia-lhe uma criançice. Não tinha brincado aos casamentos, e brincado sem nada a arriscar, defendida como estava pela sua fortuna, como por uma armadura? Brincara aos casamentos e agora brincava aos divórcios! Simplesmente, o brinquedo tornara-se doloroso! (...)

Claude olhou para o relógio. Eram quatro e meia. A sua vez estava a chegar. Então teve um momento de ansiedade. O que fazia naquele lugar? Como tivera a loucura de pedir o divórcio? Uma brincadeira? Sim, infelizmente. Uma brincadeira estúpida e trágica, na qual arriscava a felicidade!

Se o jogo social tolera o jogo da sedução consentida que vai acontecendo ao longo do romance, nas altas esferas da fina flor francesa, o jogo jogado pela menina mimada aparece, neste excerto que encaminha o enredo para o seu final, de castigo tão intolerável então como agora. Como se essa libertação que Claude, a mimada inteligente, representa num mundo de homens, tivesse sido mal-usada porque não previra a traição do coração - o nó de qualquer romance cor-de-rosa que não adianta ignorar ou quebrar.

Toda a história de *Um marido ideal* se constrói sobre a impossibilidade dessas quebras, ou não seria um romance cor-de-rosa. Aliás, numa das cenas que antecede a decisão do divórcio - já contemplado como possibilidade em cláusula do negócio inicial - Claude desfaz e rasga o livro espanhol onde a sua aventura se tinha inspirado (e há referências a Dom Quixote, evidentemente, na raiva em acreditar na literatura de um país que criou uma personagem louca como ele).

No excerto escolhido, retoma-se o artifício que, como numa grande hipálage, confunde os sentimentos das personagens e a definição dos dois atos instituídos – matrimónio e divórcio - com a construção do espaço em que se movem: a subida ao terceiro andar para a sala dos divórcios é inversamente digna ao valor do edifício de uma igreja. Da importância da Sainte-Chapelle por onde passa, Claude sobe à banalidade das salas burocráticas de divórcio do Palácio da Justiça. Se nunca os deveres cristãos de Claude até então estiveram em causa, as soluções que encontrava perante as injustiças do mundo fossem por ela tratadas como fez para encontrar um marido ideal, comprando-as com esmolas. Não por deformação de carácter, mas por falta de educação.

É a isto mesmo que assistimos ao longo de todo o romance: aos defeitos pelas falhas na educação que não é condicionada pelo estatuto social, como vemos neste excerto, mas também no primeiro excerto ao qual retornaremos no final deste exercício. Há neste romance cor-de-rosa, como noutros de Max Du Veuzit, esta bondade de não separar as pessoas pela sua condição social, mesmo quando o mundo real de referência as separa por isso mesmo.

Terá o Sr. Prior alguma vez lido este romance de Max Du Veuzit e percebido nele apenas um elogio à inteligência de uma mulher livre, sem pejo de usar o seu poder económico? E terá ignorado, ou não compreendido, um certo fracasso dessa, chamemos-lhe assim, revolução? Ou não o leu até ao fim?

E terá sido, a tal leitora da BCPM-L, uma alma que sonhava com esse ideal que, para além de desejar alcançar um mundo, sem amos, nem escravos, se concretizasse na igualdade de atitudes na relação amorosa como jogo social? Um romance de consolação deste calibre, mantendo paradigmas, lidos por leitores-homens, tresleu-se como revolucionário de

mentalidade? Ou este romance, como outros, seriam mesmo revolucionários e o Sr. Prior sabia-o, porque sabia que o poder da ficção, na sua leitura mais apressada e superficial, leva a que só entendamos as coisas parcialmente, epidérmica ou visceralmente, e que, por isso, se arrisque a que se empreendam lutas mesmo sendo contra moinhos de vento?

Pois quer-nos parecer, nas respostas que o texto nos foi dando às perguntas que lhe fizemos, que Max Du Veuzit tinha exatamente esse poder de desafiar um pároco. E que até um romance cor-de-rosa como este deixa, mesmo literariamente titubeante, vislumbrar uma desinquietação perigosa. Não seria o ser cor-de-rosa que incomodaria o Sr. Prior, seria o facto de isso o tornar popular, prendendo leitores pelo enredo excitante e distraíndo-os, embora não completamente, dos momentos mais encorpados, aqueles que põem em causa um certo *status quo*.

Dissemos que regressaríamos ao diálogo inicial entre governanta e criada. Desse diálogo, e se a ele regressassem os leitores da época no fim do romance, talvez encontrássemos a resposta da contrariedade do destino da obra em permanecer nas estantes da BCPM-L. Logo a abrir, qualquer censor com sensor para isto da imoralidade, ficaria de pé atrás, se percebesse que aquela menina mimada, tão bem lida pela governanta, podia ser como um livro a que nos rendemos e onde mergulhamos presos, mesmo reconhecendo-lhe uma ligeireza equiparável à leviandade dos imaturos, como o são muitos *best-sellers*. E substituiríamos o pronome pessoal, substituindo Claude por livro, este livro: “É um amor para quem o sabe compreender”. O problema do Sr. Prior se o leu assim como nós, nas entrelinhas, poderia ter sido o receio de que alguém pudesse querer compreender algo mais para além daquele fim restaurador dos bons costumes. E onde a inteligência e a vontade própria de uma mulher, mesmo dando errado, a tornam, como ao livro, um amor, ou uma leitura, irrecusável.

5 Conclusões

As bibliotecas das casas do pessoal em Portugal estão por estudar, o que não permite comparações com a realidade da BCPM-L. Assim, este trabalho exploratório procura ser um contributo para conhecer a realidade da atividade censória literária numa biblioteca privada, neste caso de uma empresa que completou em 2023 cem anos de vida. Uma empresa que criou uma comunidade com um sistema de apoio aos seus funcionários e respetivas famílias, mantendo-os num ambiente cujos benefícios eram, nos primeiros 50 anos, privilégios controlados.

A par dessa vida dita privilegiada da comunidade Maceira-Liz, num contexto nacional de fortes desigualdades, cujos vestígios estão bem vivos no património edificado, a vida intelectual mantinha o espírito do macrocosmo Portugal do Estado Novo. Os arquivos, e tudo o que implica

a sua organização, são um testemunho transformado, por isso, em património imaterial: era o dia a dia de trabalhadores e famílias e do acesso que lhes era dado sobre o que, para além daquela “reserva”, acompanhava o girar do resto do Mundo.

Podemos concluir, dos elementos compilados, que as instruções oficiais da censura e doutrinação dos leitores chegavam e chegaram ao microcosmo BCPM-L e que a ação da Igreja, a cargo do seu agente local, o prior-bibliotecário, fazia cumprir, através da censura repressiva, as determinações governamentais de evitar a perversão da opinião pública e de fatores e valores atentatórios da verdade, da justiça, da moral e do bem comum.

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico Fábrica da Maceira-Liz, Casa do Pessoal, Atas (1923-1974)

Arquivo Histórico Fábrica da Maceira-Liz, Casa do Pessoal, Correspondência recebida (1923-1974)

Arquivo Histórico Fábrica da Maceira-Liz, Casa do Pessoal, Inventário da biblioteca (s. d.)

Referências

AZEVEDO, Cândido de **Mutiladas e proibidas**. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

BARRETO, José Censura. In: BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coord.). **Dicionário de História de Portugal**, vol. VII, Porto: Figueirinhas, 1999, p.275-284.

CEIA, Carlos Best-seller. In: CEIA, Carlos (coord.). **E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)**, 2009. ISBN: 989-20-0088-9. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/best-seller>. Acesso em 20 mai 2024.

CEIA, Carlos Leavisianismo In: CEIA, Carlos (coord.). **E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)**, 2009. ISBN: 989-20-0088-9. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/leavisianismo>. Acesso em 21 mar. 2024.

CERRILLO, Pedro T. Sobre la literatura juvenil. In: **Verba Hispanica XXIII, Anuario de la Sección de Estudios Hispánicos Facultad de Filosofía y Letras**, Universidad de Ljubljana, Eslovênia, 2015. ISSN 0353-9660. Disponível em: <http://revije.ff.uni-lj.si/VerbaHispanica> Acesso em 21 mar. 2024.

COUTINHO, Clara Pereira **Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática** (2.ª ed.). Almedina, 2015.

CRESWELL, John W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 4th ed. Sage, 2014.

GAMA, Manuel **Da censura à autocensura no Estado Novo**, 2007.

GIROLA, Maristela Kirst de Lima (2008). História da Literatura e Censura: O caso das Novas Cartas Portuguesas. [online] Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/Ebooks//Web/978-85-397-0198-8/Trabalhos/75.pdf> Acesso em 21 mar. 2024.

EQUIPO GLIFO (dir.). **Base de datos do Dicionario de Termos Literarios**. Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades. Versión 3.1 Outubro 2022 (v3.0 Febrero 2022, v2.0 Setembro 2012, v1.0 Abril do 2006).

GOMES, Joaquim Cardoso **Os militares e a censura**. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

LLUCH, Gemma **Análisis de narrativas infantiles y juveniles**. Cuenca: Ediciones de la UCLM, 2003.

MEDEIROS, Nuno Edição de livros e Estado Novo: apostolado cultural, autonomia e autoritarismo. In : DOMINGOS, Nuno ; PEREIRA, Víctor (eds.) **O Estado Novo em Questão**. Lisboa: Edições 70, 2010, p.131-160.

MEDEIROS, Nuno **D'O Recreio à Livraria Romano Torres: edição para o grande consumo no Portugal contemporâneo**. 2018. Tese (doutorado) - Universidade Nova de Lisboa-FCSH, Lisboa.

MELO, Daniel A censura salazarista e as colónias: um exemplo de abrangência. **Revista de História da Sociedade e da Cultura**, p.475-496, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.14195/1645-2259_16_21 Acesso em 21 mar. 2024.

POMBO, André Pedro **A “indústria social” da Fábrica Maceira-Liz: política social e operariado na indústria do cimento em Maceira**. Maceira: Museu da Fábrica de Maceira-Liz, 2007.

PORTUGAL. Assembleia da República, **Livros proibidos no Estado Novo**. 2ª ed. Lisboa: Assembleia da República, 2005.

PORTUGAL. **Diário do Governo**, 1ª série, Número 185, Decreto-Lei nº 33:015 de 30 de agosto 1943, p.563-564.

PORTUGAL. **Diário do Governo**, 1ª série, Número 260, Decreto-lei 34:134, de 24 de novembro de 1944, p.1127.

SOUSA, Denise Dias de Carvalho. *O saber e o sabor da literatura cor-de-rosa: a leitura dos romances das séries Sabrina, Julia e Bianca*. Tese - Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2180#preview-link0>. Acesso em 20 mai 2024.

TENGARRINHA, José Manuel **Da liberdade mitificada à liberdade subvertida**. Lisboa: Colibri, 1993.

VEUZIT, Max du **Un Mari de Premier Choix**. La Bibliothèque Electronique du Québec Collection Classiques du 20e siècle, Volume 234, 1934. Disponível em: <https://beq.ebooksgratuits.com/classiques/DuVeuzit-choix.pdf> Acesso em 21 mar. 2024.

VOLTAIRE (1752) **Micromegas – História Filosófica**. Lisboa: Tinta-da-China, 2023.